

10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política
“Ciência Política e Política: Memória e Futuro”

Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro de 2016
Área temática
“Pensamento Político Brasileiro”

A república brasileira no pensamento de Raymundo Faoro

Daniel Estevão Ramos de Miranda (UFMS)

Resumo

Apesar de ser uma produção intelectual intensamente esquadrihada pelos analistas do pensamento social e político brasileiro, principalmente o clássico *Os donos do poder*, um tema que ocupa substancial espaço no pensamento de Faoro permanece praticamente intocado pelos estudiosos de sua obra: a república brasileira. A análise do processo histórico de formação da república brasileira ocupou diminuto espaço na primeira edição de sua magnum opus, de 1958. Mas na segunda e definitiva versão, de 1975, quase todo o segundo volume (ou, no caso da edição em volume único, praticamente um terço) é dedicado àquele tema. Há ainda o volume organizado por Fábio K. Comparato, sugestivamente intitulado de "A república inacabada". Contudo, o tema do livro é mais a república como dimensão política da modernidade do que como experiência histórica concreta. Dos três textos da coletânea, dois são dedicados ao estudo do pensamento social e político e apenas um sobre a Constituinte de 1988. Em todo caso, o título da coletânea não é por acaso. A experiência republicana brasileira aparece no pensamento de Faoro pelo menos de três modos: 1) como movimento político, vinculado ao liberalismo – e a seus dilemas e contradições – à época do Segundo Reinado (1840-1889); 2) como sistema político institucionalizado, a partir de 1889, obviamente; 3) como dimensão da modernidade brasileira 'inacabada'. A importância desse tema (república) vai além do espaço que ele ocupa nas páginas escritas por Faoro. Este é considerado um dos mais brilhantes analistas da história e da política brasileiras, sendo frequentemente trazido ao debate político nacional por ser lido como um crítico liberal ao estatismo brasileiro ("estamento burocrático") e aos padrões culturais prevalecentes na sociedade brasileira que a tornariam suscetível a altos graus de tolerância às mais variadas formas de corrupção ("patrimonialismo"). Por isso, o tema da república é central em seu pensamento.

Palavras-chaves: Faoro; República; Liberalismo.

A república brasileira no pensamento de Raymundo Faoro

Apesar de ser uma produção intelectual intensamente esquadrihada pelos analistas do pensamento social e político brasileiro, principalmente o clássico *Os donos do poder*, um tema que ocupa substancial espaço no pensamento de Faoro permanece praticamente intocado pelos estudiosos de sua obra: a república brasileira.

A análise do processo histórico de formação da república brasileira ocupou diminuto espaço na primeira edição de sua *magnum opus*, de 1958. Mas na segunda e definitiva versão, de 1975, quase todo o segundo volume (ou, no caso da edição em volume único, praticamente um terço) é dedicado àquele tema. Há ainda o volume organizado por Fábio K. Comparato, sugestivamente intitulado de “A república inacabada” (2007).

Contudo, o tema do livro é mais a república como dimensão política da modernidade do que como experiência histórica concreta. Dos três textos da coletânea, dois são dedicados ao estudo do pensamento social e político e apenas um sobre a Constituinte como processo central na superação do Regime Militar (1964-1988) então instaurado no Brasil. Em todo caso, o título da coletânea não é por acaso.

A importância desse tema (república) vai além do espaço que ele ocupa nas páginas escritas por Faoro. Este é considerado um dos mais brilhantes analistas da história e da política brasileiras, sendo frequentemente trazido ao debate político nacional como um crítico liberal ao estatismo brasileiro (“estamento burocrático”) e aos padrões culturais prevaletentes na sociedade brasileira, que a tornariam suscetível a altos graus de tolerância às mais variadas formas de corrupção (“patrimonialismo”).

Independentemente de estas menções e das recepções de sua obra e posições políticas corresponderem de fato, ou não, ao que Faoro efetivamente argumentava, o fato é que a república, mais do que qualquer outro modelo político, contrapõe-se a interpretação da história e política brasileiras expostas em *Os donos do poder*.

Em todo caso, não há, no pensamento de Faoro, uma discussão conceitual mais detida e sofisticada sobre o tema da república, especificamente. Tal tema aparece inserido em suas discussões sobre o liberalismo e em suas análises historiográficas.

A experiência republicana brasileira aparece no pensamento de Faoro sob três perspectivas principais:

1) como movimento político, vinculado ao liberalismo – e a seus dilemas e contradições – à época do Segundo Reinado (1840-1889);

2) como sistema político institucionalizado, na curta experiência regencial e, definitivamente, a partir de 1889;

3) como dimensão da modernidade brasileira 'inacabada';

Regência: a primeira experiência republicana

A experiência republicana brasileira foi balizada pela herança persistente do tipo de sociedade formada à época da colonização do país. O processo de centralização metropolitano colocou o cargo público no centro da estrutura de dominação e autoridade. Dessa forma, o cargo público tornou-se fonte de prestígio social, mecanismo de conciliação e objeto de troca e comércio nos quadros de um capitalismo comercial dirigido pelo Estado (FAORO, 2000, vol. 2, 171-6). Tal mecanismo de dominação foi fundamental para que, nos conflitos entre interesses coloniais (proprietários rurais) e metropolitanos (aliança estamento e comércio) (FAORO, 2000, vol. 2, 261-71), estes últimos não apenas prevalecesse, mas também presidissem a Independência. “O regime colonial não se extingue, moderniza-se” (FAORO, 2000, vol. 2, 288-89).

Delineia-se assim, sob o influxo da herança colonial, a estrutura política brasileira. Sua dinâmica no Primeiro Reinado será ditada pela disputa entre, de um lado, as tendências absolutistas de Dom Pedro I, abrigadas no Poder Moderador e apoiadas na aliança estamento e comércio exportador e, de outro, os fazendeiros “com fumos aristocráticos, cheios de dívidas e perdulários, com *status* superior às posses” (FAORO, 2000, vol. 2, 293).

Combinando carisma e tradição, D. Pedro I tentou governar apoiado na “adesão emocional do povo” (FAORO, 2000, vol. 2, 298), ainda que não tivesse como projeto a efetiva democratização ou popularização do poder, muito pelo contrário. Erodida tais frágeis bases de poder, entra em cena, pela primeira vez na história Independente do Brasil, a “intervenção tuteladora do exército” (FAORO, 2000, vol. 2, 299).

A primeira experiência republicana do país transforma os liberais de oposição em governantes conservadores, dada a “grande vertigem” dos proponentes da

descentralização incutida no Ato Adicional de 1834, que nada mais fez do que promover o “fechamento do círculo da quase autarquia das fazendas projetada no mundo político” (FAORO, 2000, vol. 2, 308).

Surge assim o Segundo Reinado, em reação centralizadora, cujas bases serão o Conselho de Estado, o Senado vitalício, a reforma do Código do Processo (1841) e a subordinação da guarda nacional ao ministro da justiça (1850) (FAORO, 2000, vol. 2, 331-6). Selando o edifício político, o parlamentarismo tornou-se o principal meio de “substituição da vontade popular” (FAORO, 2000, vol. 2, 323), fechando a política ao círculo restrito da camada estamental que gravitava em torno da Coroa. Outra circunstância favorável foi o crescimento da economia cafeeira, que implicou no deslocamento do eixo econômico do norte para o sul do país, aproximando ainda mais a Corte e seu estamento burocrático dos comerciantes exportadores.

A dinâmica política do Segundo Reinado continuará as grandes linhas herdadas do período colonial, com o dualismo propriedade rural x comércio e estamento burocrático se fazendo representar nas disputas entre, respectivamente, Partido Liberal e Partido Conservador. O Poder Moderador, e não o povo, constituía o árbitro daquelas disputas.

Do liberalismo à República

O renascimento dos ideais liberais, no Segundo Reinado, tem como marco as eleições de 1860, para a legislatura 1861-64, e a criação da Liga Progressista. O gabinete Zacarias de Góis (1862-68) representará a chegada ao poder de tais idéias. Chegada, contudo, de acordo com o padrão conciliatório e de cooptação típico do Segundo Reinado – antecipação às reformas antes que estas se tornassem processos fora do controle da cúpula imperial.

As circunstâncias, contudo, iriam opor o gabinete Zacarias, de um lado, e Duque de Caxias, comandante absoluto e prestigiado das tropas brasileiras engajadas na Guerra do Paraguai (1864-70). Criticado por sua atuação, Duque de Caxias pressiona o Imperador pela queda de Zacarias de Góis, o qual fora acusado de alimentar as críticas sofridas pelo general. Pela primeira vez, no Segundo Reinado, abre-se um dissídio entre o poder civil e o militar, dado que este, constitucionalmente, estava ou deveria estar subordinado àquele. Ao exigir a queda do Presidente do Conselho de Ministros, o mais alto cargo civil abaixo do Imperador, o general gerou uma tensão cujas conseqüências se desdobraram para bem além das circunstâncias históricas imediatas.

Dada a urgência da guerra, a manutenção do prestigiado general fora considerada mais prioritária do que a preservação de Zacarias de Góis. Sua queda precipitou, contudo, uma reorganização das forças liberais, até então domesticadas pela cooptação imperial. Num crescendo que vai da convergência das várias correntes liberais, que não conversavam entre si, até o *Manifesto Republicano* de 1870, opera-se uma disjunção entre o “princípio da soberania popular e o princípio monárquico” (FAORO, 2000, vol. 2, 57).

Interessante notar que o choque circunstancial entre uma grande liderança do Exército com outra grande liderança liberal oporá dois setores, pouco mais de vinte anos depois estarão no centro do movimento de derrocada do Império. O choque circunstancial acelerou o distanciamento dos liberais, ou pelo menos de parte deles, em relação ao trono tanto quanto alimentou o processo de fortalecimento do Exército como corporação com identidade missão própria, não necessariamente coincidente com a do estamento burocrático dominante.

Além dos liberais e dos militares, outros pontos de apoio do movimento republicano serão a Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual passaram lideranças como João Pinheiro, Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Pinheiro Machado e outros não paulistas que se tornariam figuras políticas de relevância no final do Império e na Primeira República.

Havia também uma corrente urbana, heterogênea, mas que teria relevância por servir de suporte ao abolicionismo. Este movimento foi promovido principalmente por pessoas e grupos que “não tinham lugar nem desempenhavam qualquer missão no ordenamento imperial” (FAORO, 2000, vol. 2, 60). Não estando sob o influxo da cooptação imperial, tornaram-se politicamente disponíveis para fins mobilização a partir de ideário tão marginais quanto sua posição política e social. Faoro considera que a campanha abolicionista, com sua agitação nas ruas e mobilização de parcelas da sociedade sem lugar no sistema político seria o embrião do populismo brasileiro (FAORO, 2000, vol. 2, 60)

Outro fator importante foi a emergência da sociedade de classes. Neste caso, porém, não se trata tanto de um foco difusor do republicanismo, mas antes de um fenômeno que convergia com a pregação liberal na medida em que tendia a corroer a estrutura estamental burocrática, a espinha dorsal do Império. A estrutura estamental, fechada em si, tinha uma estrutura de carreira e vínculos de lealdade próprios. Assim, não raro pessoas de origem humilde ascendiam socialmente, socializadas pela carreira nos marcos do estamento burocrático, cuja centralização lhe conferia os

recursos, ou no mínimo a ilusão, de estarem acima e no controle da sociedade. Esse foi um importante fator de distanciamento entre os interesses econômicos em ascensão – a fazenda baseada no trabalho livre –, de um lado, e os interesses outrora dominantes e agora, no final do Império, decadentes – fazenda escravocrata e a rede comercial e creditícia formada em seu entorno, mas com uma sobrevida conferida pela últimos fôlegos do Império (FAORO, 2000, vol. 2, 61-2)¹.

Por fim, havia os fazendeiros. Faoro refuta a “tese do republicanismo ressentido” (FAORO, 2000, vol. 2, 65), isto é, a tese de que a fazenda sustou seu apoio a Coroa devido à abolição. A adesão ao republicanismo, por parte dos fazendeiros, não foi um movimento súbito e sentimental, mas sim o resultado de uma afinidade eletiva entre o republicanismo, mais precisamente sua dimensão federalista, e as inclinação autonomistas da fazenda.

Para Faoro, a estranheza de alguns em relação a posição da fazenda se deve a uma visão homogeneizadora desse setor da sociedade. Faoro argumenta, contudo, que não se pode tomar os proprietários rurais como formando uma única camada social homogênea. No Oeste Paulista, emerge uma nova categoria de fazendeiros, escravista de ocasião, mas não “necessariamente escravista”; “mais empresa do que baronia”. Suas aspirações convergiam para as liberais republicanas em temas como “autonomia regional” – tanto em relação ao poder central, quanto em relação ao comissário e exportador. Mais precisamente, será via “fórmula federalista” que “as idéias republicanas entram nas fazendas”. A abolição apenas engrossou as fileiras de fazendeiros republicanos, mas não foi a causa de sua adesão ao republicanismo – inclusive porque não se esperava que a República lhes devolvesse os escravos. “O setor decrépito segue o trono, o setor em ascensão busca a República” (FAORO, 2000, vol. 2, 63-64).

Sendo assim, não se trata de ‘traição’ o republicanismo dos fazendeiros, mas antes “o desenvolvimento coerente dos interesses, ideologicamente fixados”. (FAORO, 2000, vol. 2, 65).

Para Faoro, mais importante, para a ruína das bases socioeconômicas do Império, do que a abolição é a “quebra desse elo tradicional” entre comissários e fazendeiros, falidos os primeiros e substituídos pelo exportador, “em regra estrangeiro”. Em meio às falências e pressões financeiras, o peso da centralização imperial se faz sentir intensamente. “Uma classe, a lavoura, se emancipa, tarde

¹ Cf. também o estudo de Faoro (2001) sobre Machado de Assis, que trata exatamente da emergência da sociedade de classes no interior de uma ordem social estamental.

demais no Vale do Paraíba, tempestivamente no oeste paulista e na Zona da Mata mineira”. Sobrava ao regime em decadência seu recurso último: as forças armadas, seu “principal aparelhamento centralizador”. Este, contudo, “nega-se a sustentar o regime servil, precipitando o colapso, por suas próprias mãos” (FAORO, 2000, vol. 2, 66).

Falidos os comissários e, com eles, comprometida toda rede comercial e creditícia em cujo centro se encontrava a Coroa; inclinados à República a fazenda e a uma maior autonomia o Exército, a “máquina centralizadora” do Império não fora capaz de se transformar.

Pior, manteve-se firmemente atrelada ao “dogma centralizador”, na tentativa de cooptação ao sistema e *ethos* estamental. Porém, ao invés de se sentirem privilegiados e honrados, os elementos dissidentes olharam para o movimento com repulsa, como se estivessem sendo “comprados, pervertidos”, isto é, desonrados – o contrário do pretendido pela Coroa, que não percebeu a emergência do “princípio territorial contra o país oficial” (FAORO, 2000, vol. 2, 66-7).

Apesar das forças conservadoras tentarem controlar e amortecer o movimento, distinguindo a descentralização administrativa da política sob o argumento de que a segunda poderia levar o país ao separatismo, os liberais, de Tavares Bastos ao Manifesto de 1870 em diante, eram intransigentes: a “essência” do regime republicano era a federação política e a descentralização administrativa. Ambas, não uma ou outra com a preservação da Monarquia (FAORO, 2000, vol. 2, 69-70).

A abolição foi golpe fatal sobre a centralização imperial não porque afastou o apoio da fazenda, mas principalmente porque rompeu o “esquema tradicional” que vinculava o comércio exportador ao estamento burocrático. “O poder não seria mais a expressão do centro, da aliança entre o trono hereditário e as categorias vitalícias com a riqueza mobiliária e do crédito, unificadores e asfixiantes” (FAORO, 2000, vol. 2, 76).

A partir desse ponto, “De fato, a federação já existe, manda mas não governa, incapaz de se conciliar e institucionalizar no sistema político” (FAORO, 2000, vol. 2, 72).

A República de 1891 (1889-1930)

A Primeira República será dividida por Faoro em 4 fases:

1) transição centralizadora sob a tutela militar de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto;

2) Hegemonia paulista no período 1898-1906, correspondente às Presidências de Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves;

3) Pluralismo oligárquico, com São Paulo e Minas Gerais no centro das negociações federais em conciliação, nem sempre pacífica, com os estados menores;

4) Fortalecimento progressivo da União, principalmente após a I Grande Guerra (1914-18), em um processo de concentração que se acelerará e ganhará novas dimensões após a “Revolução de 30”.

Faoro descreve os debates e disputas em torno da definição do perfil institucional da República e, conseqüentemente, da distribuição do poder político. A traço mais marcante da Primeira República será a disjunção entre hierarquia econômica e dominação política. As duas principais forças políticas em disputa eram, de um lado, o Exército, que fizera a República e seus dois primeiros governos (1889-94), com tendências mais centralizadoras; e, de outro, São Paulo, apoiado em seu vigor econômico e projeto federalista.

Passada a primeira fase da República, a de transição, de São Paulo virão três Presidentes consecutivos, entre 1898 e 1906, quando o interesse econômico predominante na federação se fez representar diretamente na política.

Neste período, os paulista forjarão uma linha de atuação econômica liberal, o “esquema Murtinho”, que permanecerá até 1930, ainda que entrecortado por medidas distintas de seus princípios basilares.

Contudo, de 1906 em diante os paulistas serão aliçados da Presidência, retornando somente na década de 1920, e encerrando a segunda fase da Primeira República – a da hegemonia presidencial paulista.

Como foi possível deslocar do poder central o estado economicamente mais forte da federação? Neste ponto entra o Exército. A aproximação de oligarquias dissidentes ou pelo menos não conformadas com a hegemonia paulista com as forças armadas era praticamente um dos únicos recursos disponíveis para se inverter, no plano da política, a hierarquia econômica.

Porém, Faoro apressa-se em frisar que o Exército não representava nenhuma força social específica. Ele representava apenas a si mesmo, aos objetivos e missões auto-atribuídas pela corporação.

Sendo assim, as relações entre civis – principalmente os setores críticos do domínio paulista – e militares foram mais circunstanciais do que o resultado de algum

tipo de vínculo mais orgânico. Tão circunstanciais que, quando Hermes da Fonseca se tornou Presidente (1910-14), empreendeu-se a política salvacionista contra, justamente, estados menores e politicamente mais fracos da federação.

Em todo caso, o esquema da política dos governadores, forjado pelo paulista Campos Salles prevaleceu, juntamente com o “esquema Murtinho”, até 1930. Uma das conseqüências do sucesso da política dos governadores foi, paradoxalmente, um revés para seu principal articulador, Campos Sales e a elite política paulista, que não conseguiu fazer o sucessor de Rodrigues Alves (Bernardino de Campos) devido, principalmente, a resistência dos estados (1) a outro candidato paulista e, principalmente, (2) um candidato indicado pelo presidente: “o presidente não pode escolher seu sucessor”, defenderia Rui Barbosa. Do contrário, o processo de sucessão seria controlado de tal forma pelo governo federal que os estados perderiam esse valioso espaço de barganhas e acordos (FAORO, 2000, vol. 2, 203-06). Derrota ainda maior seria a ascensão de Hermes da Fonseca e seu ideário político forjado no antifederalismo dos militares.

A possibilidade de intervenção federal nos pleitos indecisos (do ponto de vista governante) concedeu força excepcional ao presidente da República, portador da última palavra no processo eleitoral. A implicação direta disso era o enfraquecimento da Câmara de Deputados, reduto das oligarquias não conformadas com o projeto paulista – Rio Grande do Sul e Bahia principalmente – e ao mesmo tempo incapazes de disputar a presidência da República. Contudo, apoiado por Minas Gerais e por outros estados menores, São Paulo venceu as resistências e a Primeira República entrou em sua terceira fase. “Era o café, baseado no trabalho livre, que despontava para o comando”, comando compartilhado com o estado fiel da balança – Minas Gerais – e eventualmente contestado por aqueles não tão dependentes da União, como o Rio Grande do Sul.

Após os impasses do período Afonso Pena-Hermes da Fonseca (1906-1914), São Paulo e Minas Gerais voltarão a “se revezar no poder central”, até 1930, com exceção apenas do período Epitácio Pessoa (1919-22). Mas, anota Faoro,

não serão mais os Estados que dominam, (...) senão a União, passando aqueles de focos dinâmicos para sustentáculos do nascente sistema solar. A transição (...) adquirirá maior clareza, passando o sistema estadualista ao consórcio comandado do alto, até que, num dia, as situações estaduais sejam o entrave a remover para que o jogo continue (221).

A Primeira República entra em sua quarta e derradeira fase, na qual as suas vulnerabilidades serão expostas. Progressivamente, a República de 1891 vai perdendo seu conteúdo liberal. O predomínio paulista, em um primeiro momento, e o fortalecimento da União, posteriormente, relegarão grupos e camadas sociais inteiros ao abandono. O liberalismo vai se tornando, como nos estertores do Segundo Reinado, a ideologia por meio da qual a oposição canalizará suas insatisfações.

Por isso a liberdade do liberalismo brasileiro será a “liberdade para os interesses incapazes de granjear o patrocínio do governo e proteção para os importantes” (FAORO, 2000, vol. 2, 225). Esse liberalismo será pauta de discussão na disputa eleitoral de 1919, quando Rui Barbosa, candidato presidencial, propõe uma revisão constitucional. O perigo estava em que a Constituição não era tanto uma carta de garantia de direitos, mas sim um mecanismo de contenção da violência das disputas políticas. A autonomia política estadual, no que se refere a eleição do governador, poderia gerar conflitos violentos e irremediáveis se não houvesse uma regra clara regulando-os. A regra era a eleitoral, daí a disputa ser canalizada para o controle dos resultados das eleições reduzindo, mas não eliminando, a violência.

Justamente por isso que Faoro avalia que o “pecado original do republicanismo não será, como repetidamente se denunciou, a presença militar, mas o agrarismo” (2000, vol 2, 227). Daí a preferência, por parte do “ralo estrato dirigente”, por Epitácio Pessoa e não por Rui Barbosa em 1919. Ambos eram liberais, mas o primeiro não questionava o “predomínio dos principados estaduais” (FAORO, 2000, vol 2, 227). Rui Barbosa não representava, ele mesmo, qualquer ameaça revolucionária. Mas o próprio questionamento dos fundamentos liberais da República seria um precedente cujas consequências e desdobramentos eram imprevisíveis.

Além da ameaça ao dique liberal fixado pela Constituição, aquele questionamento inflamava a chamada “questão social”. Sua importância e alcance ia para bem além do operariado industrial, abrangendo “todos os dependentes de salário”, “todos os negativamente privilegiados, a plebe urbana”, funcionários públicos, civis e militares (FAORO, 2000, vol. 2, 227). Isto é, inúmeras parcelas da população urbana.

Da “Revolução de 30” e além

A revolta do Forte de Copacabana (1922) foi o anúncio do fim da Primeira República, iniciando um ciclo que só se encerraria com a morte de Vargas (1954). Aquele episódio é o anúncio do fim porque já se entrevê parte das forças que farão

1930: “o povo – a camada média da sociedade (...) – o Exército e o Rio Grande do Sul” (FAORO, 2000, vol. 2, 288).

O liberalismo sustentado por aqueles movimentos não mais correspondia à doutrina da autodeterminação local, mas apenas um ponto de apoio ideológico para reivindicações as mais variadas possíveis, mas que tinham em comum a insatisfação com a oligarquia e seu esquema de domínio clientelista. De modo geral, tratava-se de resgatar a política salvacionista de Hermes da Fonseca – que se tornara, inclusive, presidente do Clube Militar em 1921. Dessa forma, o liberalismo servia apenas como caminho para a renovação do nacionalismo. Nacionalismos, para ser mais preciso, que tinham em comum seu antiliberalismo. Faoro distingue duas grandes correntes nacionalistas surgidas no entardecer da República de 1891:

Nacionalismo	‘rebelde’	‘da ordem’, da ‘autoridade’
Pós-1930	Tendências socialistas	Parafascismo
Poder	Soberania popular, ainda que associada ao elemento militar e a proteção paternalista	Preexiste à sociedade, transmitido e sustentado pela tradição
Autores	Liberalismo crítico (aproximação do “legado de Hermes da Fonseca e a pregação de Rui Barbosa”)	Jackson de Figueiredo
Momento histórico	Fins da década de 1910 e início da de 1920.	“se amoldará ao presidencialismo reformado, de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes”, os quais identificarão uma ‘crise de autoridade’, contra a qual promovem leis contra “organizações subversivas”, a “lei de imprensa”, a reforma constitucional de 1926
Objetivo	Acena ao povo, mas com “vocalização tuteladora”	“disciplinar as novas correntes sob a chefia reformada”; integração corporativista

(FAORO, 2000, vol. 2, 293-302)

Das duas tendências, a que terá mais influência será o nacionalismo da ordem. Na Aliança Liberal “pulsa a simpatia pela organização corporativa, sem o entusiasmo (...) pela figura de Mussolini”, inclinando-se “à técnica de poder, menos do que à ideologia” [autoritarismo instrumental] (FAORO, 2000, vol. 2, 305). O campo antiliberal toma forma, aproximando nacionalismo dos tenentes, de inclinação estatizante, com “o nacionalismo tradicionalista dos novos rebentos das oligarquias em protesto” (FAORO, 2000, vol. 2, 305).

No período do governo transitório e do governo constitucional (1930-37), Getúlio Vargas equilibrará a balança do poder entre Exército, fiel ao “modelo moderador”, e o povo – na verdade, sindicatos tutelados, cooptação de lideranças regionais, expansão da burocracia civil etc. Entre o poder moderador do Exército e o populismo de Vargas, reorganiza-se o estamento burocrático e patrimonial.

O populismo, mais precisamente, o getulismo e o queremismo, terão basicamente o mesmo papel político do parlamentarismo no Segundo Reinado: a substituição da vontade popular, a domesticação das forças sociais, o deslocamento da nação pelo Estado.

Faoro considera o suicídio de Vargas como o fim do período porque, na verdade, o período se encerra efetivamente em 1945. Vargas seria o caso do personagem que sobrevive para além de sua trama dramática. Em 1954, “Desaparece o homem: o estadista havia morrido em 1945” (FAORO, 2000, vol. 2, 337).

A vitória do nacionalismo da ordem e a reconstrução do estamento burocrático abortou uma das vias possíveis de desenvolvimento brasileiro, chamada por Faoro de “são-paulinização” do Brasil: um desenvolvimento baseado na força do mercado interno, e não mais no comércio exportador somente. Tal ideário teria aparecido na gestão econômica de Washington Luís e corresponderia, historicamente, à vitória do norte sobre sul nos EUA.

São Paulo tomara a liderança cafeeira sem dependências governamentais, em caminho contrário ao patrimonialismo de caráter oficial do Vale do Paraíba. Tornara-se o centro metropolitano de um país de colônias subalternas (...). Para que o país progredisse, nada mais lógico do que são-paulinizar o Brasil, sob os moldes da iniciativa particular e com a colaboração do capital estrangeiro (FAORO, 2000, vol. 2, 340-41).

Tomado o rumo do nacionalismo da ordem, estatizante e estamental, tal via de desenvolvimento tornara-se inviável no Brasil e a República de 1946 não reverteria tal tendência, acentuada, além do mais, com o Regime Militar (1964-85). O período democrático aberto a partir de 1985 trouxe mais decepções do que esperanças a Faoro. Perguntado, em 1995, se considerava o Brasil um país capitalista, respondeu: “Por enquanto não é. Somos ainda marcados pelo patrimonialismo” (FAORO, 2008, 210). E exemplifica com medidas consideradas neoliberais: “Agora mesmo, com a privatização. Privatização esquisita, não é? Porque foi com dinheiro do Estado, quer dizer, o Bando do Desenvolvimento que financiou 50%, pagável em prestações” (FAORO, 2009, 112).

Ou seja, mesmo a experiência republicana recente do Brasil estaria presa ainda a lógica da tutela estatal, que abafa há séculos a autonomização da sociedade nacional.

Considerações finais

Pensar a experiência republicana brasileira, em Faoro, é pensar o projeto não realizado do liberalismo político (FAORO, 2007a). A república não será, no Brasil, a realização da autonomia da sociedade civil baseada na garantia do estado de direito, mas antes adiamento de sua realização. A modernização do atraso. Não é o liberalismo que se realiza por meio da república, e sim a república que se realiza para o liberalismo político não se realizar.

É como se o Brasil estivesse preso em uma dinâmica de eterno retorno², num drama semelhante às tragédias gregas, nas quais os heróis, apoiados na força do carisma e/ou da tradição, não escapam de seus destinos: abdicação (Dom Pedro I), perda do trono (Dom Pedro II), suicídio (Vargas), golpe (João Goulart).

O patrimonialismo, negação da república, não se funda no privatismo. Não resulta da força dos interesses privados organizados que se sobrepõe e bloqueia a construção de um poder efetivamente público. Exatamente neste ponto Faoro diverge das interpretações que realçam o poder privado como o bloqueio principal à modernidade no Brasil, como, por exemplo, a análise de Victor N. Leal (1975) a respeito do coronelismo (FAORO, 2000, 252-53), de Sérgio B. de Hollanda (2002; FAORO, 2007C) acerca do patriarcalismo, a tese da “estrutura clânica” de Oliveira Viana (1999).

A raiz do problema, para Faoro, não é o excesso de poder privado, mas antes a tutela de uma comunidade dirigente de caráter estamental e burocrática, cujo controle do aparato estatal condicionou a formação da sociedade de tal forma que esta não tinha condições, justamente, de se organizar nos seus próprios termos, seja orientada para interesses de determinados grupos, seja para o interesse geral. Uma comunidade no interior da sociedade domina e condiciona esta última.

Não importa se o *pater familias* era soberano ou não no interior do círculo social vinculado às suas propriedades. O importante é que tal unidade social, assim como as demais unidades sociais privadas do país – empresas, partidos, sindicatos,

² É interessante como Faoro recorre, com muita frequência, a exemplos do passado em suas análises de conjuntura: “Estado Novo do PMDB” (FAORO, 2008, 44; 58; 70; 99), “escola getulista” (FAORO, 2008, 44) entre outros exemplos.

movimentos sociais – não tinham condições de se organizar autonomamente, pelo menos não ao ponto de destronarem o estamento burocrático. “Não há capitalistas modernos no Brasil. Tem capitalistas ligados ao Estado” (FAORO, 2008, 63).

O “pecado original” da República de 1891, segundo Faoro, era o agrarismo porque seu esquema de poder, que implicava no controle dos resultados eleitorais com base em uma extensa rede clientelista, não seria possível em um quadro urbano mais complexo, no qual os eleitores tivessem efetivamente liberdade de escolher seus candidatos. Isso elevaria o grau de competitividade e incerteza dos pleitos, inviabilizando as eleições como mecanismo de distribuição de cargos e recursos controlados pelo alto. Na primeira edição d’*Os donos do poder* Faoro questiona justamente isso: o processo de urbanização e complexificação social levará finalmente o Brasil para fora da tutela estamental? (FAORO, 1958, 257).

Analisando o regime instaurado depois de março de 1964, sua resposta será negativa (FAORO, 2007b). Ainda assim, ele acreditava que, lentamente, a cidadania estava vencendo a herança estamental. “Bem, então, pergunta se o estamento está morto? Eu acho que ainda não, mas acho que caminha para isso. Acho que a cidadania é o grande inimigo do estamento. A cidadania está praticamente aí” (FAORO, 2009, 115).

O avesso do patrimonialismo é a república, onde a ‘viagem redonda’ de seis séculos poderá se encerrar.

Referências bibliográficas

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

_____. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, Publifolha, 2000, 2 vol.

_____. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Globo, 2001.

_____. “Existe um pensamento político brasileiro?” In: _____. **A república inacabada**. Org. de Fábio Konder Comparato. São Paulo: Globo, 2007a.

_____. “Assembleia Constituinte: a legitimidade resgatada” In: _____. **A república inacabada**. Org. de Fábio Konder Comparato. São Paulo: Globo, 2007b.

_____. “Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras” In: _____. **A república inacabada**. Org. de Fábio Konder Comparato. São Paulo: Globo, 2007c.

_____. **Raymundo Faoro**: A democracia traída. Organização e notas de Maurício Dias. São Paulo: Editora Globo, 2008.

_____. “Entrevista com Raymundo Faoro: uma viagem ao universo intelectual do autor”. In: GUIMARÃES, J. **Raymundo Faoro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, pp. 91-123.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. In: **Intérpretes do Brasil**, 1º ed., Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S. A., 2002, pp. 899-1102.

LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 2º ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.